



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB
CENTRO DE EDUCAÇÃO-CEDUC
CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

RAFAELA DA SILVA CASTRO BARROS

**ADVENTÍCIAS, SUSPENSÕES E EXPULSÕES NOS ANOS DE CHUMBO:
UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DE (IN)DISCIPLINA ESCOLAR NO
COLÉGIO MUNICIPAL PADRE GALVÃO (1970-1975)**

CAMPINA GRANDE-PB

MAIO / 2017

RAFAELA DA SILVA CASTRO BARROS

**ADVENTÍCIAS, SUSPENSÕES E EXPULSÕES NOS ANOS DE CHUMBO:
UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DE (IN)DISCIPLINA ESCOLAR NO
COLÉGIO MUNICIPAL PADRE GALVÃO (1970-1975)**

Monografia apresentada como exigência curso de licenciatura em História, do Centro de Educação da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para obtenção do título de licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Carreiro Santana

CAMPINA GRANDE-PB

MAIO/ 2017

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

B277a Barros, Rafaela da Silva Castro
Advertências, suspensões e expulsões nos anos de chumbo [manuscrito] : um estudo sobre as práticas de (in)disciplina escolar no Colégio Municipal Padre Galvão (1970-1975) / Rafaela da Silva Castro Barros. - 2017.
46 p. : il.

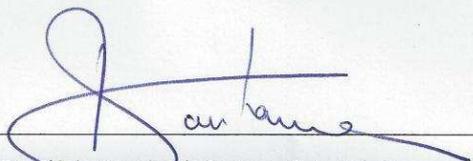
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2017.
"Orientação: Prof. Dr. Flávio Carreiro Santana, Departamento de História".

1. Ditadura 2. Disciplina escolar 3. Pocinhos. I. Título.
21. ed. CDD 371.5

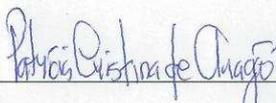
RAFAELA DA SILVA CASTRO BARROS

**ADVENTÍCIAS, SUSPENSÕES E EXPULSÕES NOS ANOS DE CHUMBO:
UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DE (IN)DISCIPLINA ESCOLAR NO
COLÉGIO MUNICIPAL PADRE GALVÃO (1970-1975)**

Comissão Examinadora



Prof. Dr. Flávio Carreiro de Santana (Orientador)



Prof. Dra. Patrícia Cristina Aragão Araújo (Examinadora)



Prof. MSc. Luiz Carlos dos Santos (Examinador)

CAMPINA GRANDE-PB

MAIO / 2017

AGRADECIMENTOS

Primeiramente não poderia deixar de agradecer a Deus por toda a força a mim concedida durante essa jornada. Força que me fez ser guerreira diante de tantas dificuldades enfrentadas desde o início da formação escolar, quando era necessário tomar ônibus em má condição e seguir longas viagens em estradas esburacadas e perigosas, e que, mesmo diante de acontecimentos que hoje me causa alguns risos, como incêndio ou falta de freios no ônibus, Deus me fez enxergar que eu poderia fazer diferente daqueles que estavam ao meu redor, e trilhar por outro caminho através da educação.

A minha mãe, que apesar de não ter tido oportunidade de frequentar a escola, mesmo diante de sua vontade, nunca mediu esforços para não me deixar perder nenhuma oportunidade de enriquecer meu currículo e através de seu suor em trabalhos braçais nunca me deixou faltar uma xerox. Ao meu pai, que apesar de nunca ter podido me ajudar a resolver minhas atividades da escola pela falta de escolarização, sempre estava ali para enveredar pelas serras à procura de pinturas rupestres ou na fabricação de materiais para minhas aulas de arqueologia. Por todas as segundas que levantou de madrugada para me deixar na cidade, no frio ou na chuva. E por terem sempre me ensinado o melhor exemplo de que para você ser alguém na vida não é necessário derrubar o seu próximo, mas ajudá-lo a levantar.

Ao meu noivo João Zito Tadinho, por está sempre presente para perguntar como foi cada prova ou seminário. Por enxugar minhas lágrimas em momentos de desesperos e suportar sem reclamar os meus estresses, mas também para comemorar a cada conquista demonstrando que minha conquista também era sua conquista. À Jussara por suas confidências, ombro amigo e jeitinho doces, sempre unidas diante de tantos homens à nossa volta. À Cleane com sua personalidade “sempre de boa” para nos mostrar que a vida podia ser bem mais simples do que à levamos. À Sarar por cuidar de todas nós e, claro, pelo companheirismo em comer tanto chocolate nos momentos de ansiedade. À Vanuza por suas tão lindas e fortes frases, na tentativa de me tirar de “contos de fadas”, e, claro, à Amanda que mesmo em sua psicologia nunca nos abandonou.

Agradeço ao professor Matusalém, que foi um verdadeiro pai durante estes mais de quatro anos tão presentes para ajudar não somente em assuntos acadêmicos, mas

também em problemas pessoais. A Dona Adelita, que durante todos esses anos abriu suas portas para me abrigar com todo o carinho sem esperar nada em troca, me tratando como uma filha mimada, não deixando perder um minuto que fosse do meu tempo de estudo. Aos meus irmãos, Rian pelas curiosidades históricas; Sandra por mesmo sem entender quase nada de assuntos acadêmicos sempre buscava saber um pouco de minhas idas e vindas à Universidade e Janielle por ter me dado o cunhado mais louco de todos e que também foi responsável por muitas idas e vindas de casa para cidade.

Aos meus colegas de projeto, que com união de trabalho e dedicação me fizeram perceber ao longo de três anos de atuação voluntária na carreira docente, o exercício de ensino carrega consigo a mais singela nobreza. Ao meu professor de ensino médio Fernando Antônio por ter me dado inspiração para entrar no curso de História e perceber como o conhecimento histórico é encantador.

Agradeço a todos os meus professores, desde os anos iniciais até o presente momento e que são responsáveis por minha formação não só profissional, mas também humana. À direção do Colégio Municipal Padre Galvão por terem acolhedoramente aberto às portas para meu exercício de pesquisa e a todos aqueles que me receberam em suas casas e me concederam relatos de um momento histórico carregado por muitos traumas.

Ao meu orientador, que mesmo sem me conhecer melhor aceitou fazer parte da construção desta pesquisa. E aqueles que aceitaram fazer parte desta banca avaliadora. Enfim, a todos que estiveram direto ou indiretamente presentes nesta jornada árdua em que muitas vezes mim disseram que não conseguiria.

**ADVENTÍCIAS, SUSPENSÕES E EXPULSÕES NOS ANOS DE CHUMBO:
UM ESTUDO SOBRE AS PRÁTICAS DE (IN)DISCIPLINA ESCOLAR NO
COLÉGIO MUNICIPAL PADRE GALVÃO (1970-1975)**

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar como, em meio a um contexto social de grande disciplinarização e moralismo presentes durante os chamados anos de chumbo, foi possível constatar atos de indisciplina escolar em número considerável, em uma instituição de ensino fundada e regida por representantes da igreja católica. Mas também como após quase cinquenta anos de distanciamento deste período, estes fatos, que ficaram registrados nos documentos do Colégio Municipal Padre Galvão, são relatados por aqueles que os praticaram. Para realizarmos este trabalho nos baseamos desde os documentos ditos oficiais como as fichas dos alunos, até os relatos concedidos por ex-alunos da instituição, utilizando o conceito de Disciplina de Michel Foucault quando ele pensa o controle dos corpos.

Palavras-chave: Ditadura, Disciplina escolar, Pocinhos.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze how in the midst of a social context of great disciplinarization and moralism present during the so-called years of lead, it is possible to observe acts of school indiscipline in considerable number in an educational institution founded and ruled by representatives of the catholic church . But also, as after almost fifty years of estrangement from this period, these facts that were recorded in the documents of the Padre Galvão Municipal College, are reported by those who practiced them. In order to carry out this work, we rely on official documents such as student records, to the reports given by former students of the institution.

Keywords: Dictatorship, School discipline, Pocinhos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	08
CAPÍTULO I: A presença de um novo personagem: A implantação do Ensino Médio Em meio Ao Cenário Político -----	16
1.1. Cenário da Educação Nacional-----	16
1.2. Implantação do ensino Médio -----	19
1.3. O Colégio Municipal Padre Galvão como referência educacional-----	21
CAPÍTULO II: Contexto de Disciplinarização Institucionalizada na Cultura Escolar do Colégio Municipal Padre Galvão -----	25
2.1 O fazer Historiográfico do Historiador da Educação -----	25
2.2 Os desfiles cívicos do sete de setembro -----	27
2.3 O Desfile Cívico e a Disciplinarização/Militarização -----	30
CAPÍTULO III: Conhecendo as Práticas Escolares de Indisciplina no Colégio Municipal Padre Galvão -----	34
3.1 Organização Arquitetural: Estratégias de controle e mitos disseminados -----	34
3.2 Regras Escolares e Diretora de disciplina -----	36
3.3 Os Casos de Indisciplinados em suas Contradições -----	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	43
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	45

Introdução

Atualmente, quando pensamos nas principais dificuldades encontradas nas escolas no que diz respeito ao exercício de aprendizagem, as principais queixas são voltadas para as questões de indisciplina e mau comportamento por parte dos alunos, que, segundo a grande maioria dos docentes, é o principal fator para os preocupantes resultados nas avaliações de aprendizagem e que resultam em uma educação frágil e repleta de lacunas.

Assim, pensando por essa problemática e tendo consciência que as condições estabelecidas em determinadas sociedades são nada mais do que resultados de ações do homem ao longo do tempo, nos questionamentos: em tempos históricos onde a disciplina e controle social era um política de estado no Brasil durante a chamada Ditadura militar, que perdurou de 1964 até 1985, em ambientes como a escola onde indivíduos com faixa etária em que a energia e criatividade não os abandonava, quais as práticas consideradas indisciplinada e dignas de punições pela diretoria e, em especial, a Diretora de Disciplina? Tratamos de um período onde as escolas tinham em seu currículo disciplinas como Educação Moral e Cívica e Religião como matérias obrigatórias, ou ainda, o simples fato de falar na fila poderia render aos alunos horas de joelho no milho, e cujo contexto de tensão aparente serviu para realizar o mais instigante trabalho do historiador no seu exercício de investigação.

Para responder a essas e a tantas outras indagações que são as sementes de nosso trabalho, partimos para o campo da pesquisa à procura de informações em duas linhas de investigação junto ao Colégio Municipal Padre Galvão, município de Pocinhos¹. A primeira linha incidiu sobre os chamados documentos oficiais produzidos pela escola na época, como as fichas de alunos ou ainda o diário dos professores, que, muito bem conservados e organizados no arquivo da escola, foram utilizadas como objetivo de estudo e a qual tive livre acesso à pesquisa, nos fornecendo diversas informações desde as notas dos alunos até o registro de suspensões de alguns deles. Para além dos documentos oficiais de grande importância para nossa produção, fizemos uso de outra fonte de grande relevância que foi a história oral. Através de conversas, relatos e entrevista como alguns ex-alunos que frequentaram a instituição durante os anos de

¹ O município de Pocinhos fica a 152 km da capital paraibana, possuindo atualmente 18 mil habitantes.

1970, foi possível unir o que havia sido registrado nos documentos escolares e responder algumas de nossas indagações.

O Colégio Municipal Padre foi inaugurado no ano de 1965, permanecendo durante muitos anos desde sua fundação como uma referência pelo seu ensino na região, oferecendo, entre outras disciplinas, aulas de línguas estrangeiras, como inglês e francês, com destaque ainda para as já citadas Educação Moral e Cívica e Ensino Religioso, então exigidas na época. A primeira pelo estado extremamente controlador em que imperava a lei de ferro, e a segunda que também pode ser considerada uma influência mais local, tendo em vista que trata-se de uma instituição que teve como fundador a figura de Padre Galvão, e que antes de político foi um influente sacerdote no município, rendendo-lhe grande prestígio social.

Portanto, apesar de aparentar um tema muito amplo não poderíamos deixar de delimitar objetivos a serem alcançados e que poderão ser ampliados em uma pesquisa posterior, mas que no presente momento se dedicam a perceber de que modo a disciplinarização social influenciou ou foi determinante na organização da instituição escolar estudada, principalmente no que se diz respeito às regras e normas a serem seguidas. Além disto, como os alunos e alunas na época faziam usos de suas táticas e estratégias para burlarem estas regras e que em um determinado momento foram pegos e tiveram suas fichas marcadas por estes atos por meio de advertências, suspensões ou até mesmo expulsões.

Também não poderíamos deixar de amarrar nossos resultados de pesquisas como uma discussão teórica que pode ser considerada a espinha dorsal de nosso trabalho. Desta forma, pensamos o conceito de Disciplina pelas lentes de alguns pensadores de campos de conhecimentos e temporalidades diferenciadas, tais como Holanda, Foucault e Vasconcelos.

Segundo o dicionário Aurélio, o termo disciplina significa um conjunto de leis ou ordem que regem certas coletividades, boa ordem e respeito, submissão e obediência; portanto, a disciplina se apresenta como ferramenta para manutenção da ordem e sadia convivência em sociedade, já que permite uma boa ordem e o respeito caros a manutenção de relações sociais entre indivíduos. Porém, o mesmo conceito também nos mostra outra face: trata-se da obediência e submissão. Assim, podemos considerar o conceito de disciplina como sendo, segundo o dicionário Aurélio, um conjunto de normas criado para dar sustentação ao convívio social que resulta em respeito, mas que perpassa pela submissão e obediência. Assim, podemos afirmar, seguindo esta

descrição, que o seu oposto, ou seja, a indisciplina, pode ser considerada a ausência de regras ou a quebra destas, rompendo, assim, a “boa ordem”.

Mas para além do dicionário Aurélio, também recorreremos aos escritos de Michel Foucault. Embora tratando da realidade do sistema prisional por volta do século XVIII e XIX e seus meios coercitivos de punição e bom adestramento, tendo como principal objetivo a reinserção de prisioneiros em sociedade, procuramos entender a sua noção de disciplinarização dos corpos. Entretanto, este escrito nos permite pensar além do conceito de disciplinarização, meios para o bom adestramento e a “moldagem de comportamentos”, que, quando levados ao campo da educação, nos apresenta vários traços passíveis de serem comparados.

Quando se propõem a tratar especificamente a disciplinarização, Foucault inicia sua abordagem tratando acerca da moldagem dos soldados no século XVII, em que ao profissional seria ensinado o devido comportamento corporal, tornando, para o autor, em verdadeiros “Homens-máquinas”.

O “Homem-máquina” de La Mettrie é ao mesmo tempo uma redução materialista da alma e uma teoria geral do adestramento, no centro dos quais reina a noção de “docilidade” que une ao corpo analisável o corpo manipulável. É dócil um corpo que pode ser submetido, que pode ser utilizado, que pode ser transformado e aperfeiçoado. (Foucault, 1975, p.118)

Portanto, a disciplinarização do bom adestramento tornava o soldado apto a seu ofício, através da regulamentação e treinamento de suas ações. Além do treinamento dos soldados, o autor ainda nos apresenta outras formas e estratégias de disciplinarização citando o exemplo da organização fabril, e que passaram a serem organizadas em uma estrutura pensada para a vigilância constante através de suas células, e regulados pelos rígidos horários implementados após a invenção do relógio, e que traz uma nova dinâmica ao trabalho que antes era regido pelo ciclo da natureza.

Estes são alguns dos signos utilizados na discussão de Foucault que refletem a presença de meios de disciplinarização aos olhos do autor. Mas, qual seria a definição do conceito de disciplina atribuído por Foucault em uma obra? Como já foi citado acima, trata-se de uma obra voltada para o contexto das prisões, portanto, o seu principal objeto de estudo será o corpo e, conseqüentemente, as estratégias de dominação. Assim, o autor define o conceito de disciplina como:

Esses Métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-utilidade, são os que podemos chamar de "disciplinas". Muitos processos disciplinares existem há muito tempo: nos conventos, nos exércitos, nas oficinas também. Mas as disciplinas se tornaram no decorrer dos séculos XVII e XVIII fórmulas gerais de dominação. (Ibid., p.118)

A disciplina trabalhada por Michel Foucault trata de realidade distinta àquelas instituições educacionais. Mas qual seria a relação do conceito de disciplina utilizado por Foucault e a disciplina para a educação? Partindo deste questionamento, pensemos o conceito de disciplina, que apesar de comportar vários significados, não está ausente na grande maioria das definições de sua relação com o "Controle dos Corpos". Este controle, que não pretendemos considerá-lo como carregados de significados negativos, tendo em vista que regras e normas de condutas inseridas para o convívio social dos indivíduos, não são passíveis de serem eliminadas totalmente, estará presente em diversas instituições ou grupos, e entre elas a escola, que será nosso objeto de estudo no presente trabalho.

Assim, seguindo nossas reflexões acerca do conceito de disciplina, pensando agora disciplina inserida no meio educacional. Celso dos Santos Vasconcellos nos permite pensar as questões da indisciplina escolar atrelados a diversos fatores sejam econômicos, cultural, biológicos, entre outros.

Mas, assim como Vasconcellos, pensemos no que é atualmente considerado disciplina ou não, atualmente. Quais as principais motivações das ações consideradas indisciplinadas pelo público escolar em suas instituições de ensino? Seria este fenômeno resultado da cultura de uma geração? Estes e outros questionamentos vão sendo apresentados ao longo do escrito do autor e nos levar a refletir como o conceito de disciplina é carregado de diversos significados, lhes atribuindo um teor de grande importância a ser discutido, e não somente citado sem o devido esclarecimento do objetivo em que foi utilizado, em determinadas produções ou mesmo discursos.

Quando nos referimos ao cotidiano escolar e as práticas do alunado, ou ainda, quando os docentes é questionado quais os principais problemas enfrentados por ele em sala de aula, a indisciplina dos alunos está entre as primeiras queixas dos professores. São relatos de alunos desinteressados, que não veem na educação o verdadeiro valor desta, inseridos em realidades sociais preocupantes e que levam para a escola determinadas práticas que colocam em risco a integridade física dos seus colegas e professores, como a falta de respeito e a violência cada vez mais explícita. Estas são

práticas consideradas indisciplinadas e que são resultantes de diversos problemas sociais.

Ainda de acordo com Vasconcelos, não poderíamos deixar de destacar ainda a crise de afeição como mais um atenuante para a falta de disciplina em sala de aula e no ambiente escolar. Esta representa uma grande problemática para o exercício educacional e pode ser provocada por alguns fatores como a imagem do professor, que é percebida pelo alunado como a figura paterna/materna e que por está ocupando um lugar de autoridade passa a ser visto pelo público educacional como uma figura inimiga, aquele que está para impor as regras (que muitas vezes não são exercidas em casa).

Ou ainda, o professor é percebido como um chato, que sendo responsável por passar determinados conteúdos já pré-estabelecido nos currículos planejados por outros órgãos e fazendo uso de aulas exposição e sua lousa, tendo em vista que outros recursos mais tecnológicos ainda não são utilizados em grande quantidade na maioria das realidades educacionais, e falo aqui em especial o Brasil, e que advindo de uma geração da informação onde as mídias digitais e as informações cada vez mais aceleradas os alunos passam a considerar as aulas chamadas tradicionais como chatas e enfadonhas.

Com os meios de comunicações e, em especial, a internet, há uma ampliação do conhecimento prévio do aluno; porém, muitas vezes, este faz confusão e despreza o papel do professor, achando que “já sabe” aquilo de que apenas “ouviu falar” ao acessar rapidamente a informação. As comunidades virtuais (MSN, ORKUT) valorizam a escrita; contudo, há praticamente a invenção de uma própria, que pouco lembra a língua portuguesa (além do problema de contribuir para o distanciamento do mundo real). Ademais, muitos professores não dominam essas tecnologias, o que constitui outro fator de depreciação deles diante dos alunos. (VASCONCELLOS, 2009, p.67)

Portanto, essa “crise de afeição” resulta em uma grande falta de disciplina. A tradicional disciplina esperada pelos professores não é encontrada neste ambiente e contribuem para grande frustração profissional e pessoal de professores. Para, além disto, não poderia deixar de destacar que a descrença na educação como ferramenta de ascensão social é motivada pelo grande número de profissional com diploma, mas que encontram-se desempregados. Portanto, os alunos não enxergam na educação frutos a serem colhidos, o que contribui para ações de indisciplinada escolar.

Mas qual seria este comportamento “disciplinar” tão esperados pelos docentes? Vasconcellos nos apresenta em sua pesquisa que, através de entrevistas com alguns professores, percebeu que uma aula chamada de disciplinarizada seria aquela na qual os

alunos permanecem sentados, quietos e escutando o que o professor tem para ensiná-los. Partindo desta constatação, o autor trará para o leitor toda uma reflexão acerca de até que ponto uma sala de aula passível de ser considerada mecanizada, já que os discentes devem permanecer quietos, e onde a dialética e os questionamentos não ganham espaço, pode ser considerado um bom exercício de aprendizagem.

Portanto, o autor permite refletir, que para além da realidade educacional em que os discentes estarão apenas para escutar e aceitar o que ouvem, o exercício de aprendizagem não pode desconsiderar a troca de conhecimentos como uma excelente didática de aprendizagem. Assim, aquela disciplina esperada pela maioria dos docentes entrevistados não contribui para o exercício democrático de pensamento, tão valorizado pelos elaboradores de currículos educacionais, e, em particular, quando voltamos nossos olhos para o ensino de História, para a formação de cidadão críticos capazes de questionar o mundo em que vivem.

E é questionando este significado de disciplina em que os discentes estão fadados a grande passividade que o autor afirma: os alunos que participam ativamente, que perguntam, questionam ou discordam de alguma coisa apresentada pelo professor chegam a se desculpar junto a eles ao término da aula. Portanto, esta visão de disciplina encontrada na fala dos professores apresenta contradições em relação à visão de educação que valorizam e tem o objetivo de formar cidadãos participativos e ativos socialmente, capazes de conscientemente tomarem as decisões certas, já que durante sua formação não são estimulados a este exercício.

A disciplina traz em si esta contradição entre expressão e inibição, criatividade e enquadramento, produção e apropriação, possibilidade e limite. Muitas vezes, como vimos, temos uma visão negativa da disciplina justamente pela exacerbação de seu lado repressivo; no entanto, por trás de qualquer grande realização humana (nos esportes, nas artes, na ciência, na política, na cultura como um todo) há férrea disciplina. Podemos então entender a disciplina como energia canalizada. (Ibid., p. 41)

Assim, como vimos na citação acima, não estamos afirmando que a disciplina deve ser desconsiderada em nome de uma educação “altamente liberalista”. Não poderíamos deixar de destacar que está é de fundamental importância para a manutenção de uma organização (de pensamentos, de condutas, de respeito ao outro) em qualquer que seja a instituição que podemos citar. Ao contrário disto. O que queremos afirmar é que uma educação pautada na obediência e silêncio do alunado, não permitindo uma interação entre discentes e docentes, esta fadada a caminhos desastrosos

onde a principal contribuição será a repetição mecanizada, mas que, por outro lado, a total falta de disciplina impossibilita um bom trabalho docente, retirando deste a figura de produtor e orientador do saber, passando a ser visto pelos alunos como um profissional inseguro do exercício que está cumprindo.

Seguindo nossas reflexões à luz das contribuições de Vasconcellos, que não deixa de nos apresentar alguns dos vários significados que podemos atribuir ao conceito de disciplina, tendo em vista que mesmo quando nos referimos especificamente ao campo educacional, este conceito sofreu variações podendo ser considerado a definição para uma organização de conhecimento de uma determinada área do saber ou mesmo as normas que regem a conduta de todos os que fazem parte da escola, desde alunos até a diretoria. Não poderíamos deixar de frisar as considerações do autor acerca da dialética e equilíbrio em uma educação que seja pautada na disciplina, mas que perceba a necessidade de expressão e troca de conhecimento entre alunos e professores.

Portanto, as três definições acima apresentadas nos mostra formas que o conceito de disciplina pode ser visto, seja no capó das fábricas, como definição linguística ou especificamente no ambiente escolar. Logo, não poderíamos deixar de enfatizar os múltiplos significados que podem se atribuídos a este conceito. Entretanto, entendemos a disciplina escolar como uma série de normas, que vão desde a obrigatoriedade do uso do fardamento nas escolas, até a postura que deve ser exercida pelos alunos durante a sua permanência dentro dos muros da escola.

A disciplina, que muitas vezes é encarada como algo que está posto, com o objetivo de fazer do alunado seres homogêneos, não pode ser vista apenas em sua face negativo. Esta é responsável também por manter a organização da instituição. Imaginemos uma instituição que, para além do seu corpo de professores e funcionário, comporta cerca de 900 alunos, a exemplo da capacidade atual da instituição aqui estudada. São indivíduos que carregam consigo uma multiplicidade de vivências e atitudes que não deixam de acompanhá-los em suas idas à escola e que, se exercidas livremente de maneira desordenadas, como bem entenderem, poderia provocar um verdadeiro caos neste ambiente.

Assim, pensamos o conceito de disciplina aplicado ao ambiente escolar não como algo que deve ser posto para controlar as ações e atitudes dos corpos de forma rígida, mas como algo essencial para a manutenção e a seguridade do lugar do outro em um espaço que comportam indivíduos de diferentes origem e culturas. Portanto, a

disciplina no ambiente escolar é considerada por nós como um dos instrumentos essenciais para o funcionamento de instituições como a escola, mas que não pode deixar de ser usada com cautela para que esta não se torne extremamente controladora das ações humana, fazendo com que os indivíduos, se sentindo engessados em meio a tantas normas e regras, deixem de atingir o verdadeiro objetivo da educação escolar que é a “formação cidadã”.

Assim, utilizando o conceito de disciplina, pensamos a cultura escolar e as práticas dos alunados exercidas no Colégio Municipal Padre Galvão, nos primeiros anos da década de 1970 tendo em vista a grande disciplinarização social, resultado de um sistema de governo ditatorial que, mesmo em uma região geograficamente afastada dos grandes centros urbanos e de poder, não deixava de respingar as consequências deste sistema de governo em Pocinhos, como parte da cultura escolar de uma época.

Entendemos por cultura escolar como sendo uma série de práticas exercidas dentro dos muros da escola, que podem ser historiadas como sendo resultado de acontecimentos sociais, tendo em vista que a escola não pode ser distanciada dos acontecimentos sociais, pois esta instituição comporta indivíduos advindo do meu social e de realidades distintas, o que causa uma grande multiplicidade de relações. E é esta multiplicidade de relações entre os indivíduos em meio à disciplina escolar que buscamos pensar no presente trabalho.

É um trabalho dividido em três capítulos, que busca discutir de forma linear desde o contexto social nacional, até os atos de indisciplinas praticados pelos ex-alunos do Colégio Municipal Padre Galvão por volta dos anos setenta, por seus praticantes. Nos primeiro capítulo discutiremos acerca do cenário educacional brasileiro da época, além importância da instituição de ensino aqui estudada, através dos exames de admissão, mas também acerca da lei aprovada na câmara de vereadores voltadas para o disciplinamentos de professores a alunos do Colégio Municipal Padre Galvão.

No segundo capítulo discutiremos a disciplinarização dos corpos a partir da higienização de dos desfiles cívicos do sete de setembro. E no terceiro finalizaremos abordando os atos de indisciplinas praticados por alunos do Colégio Municipal Padre Galvão por volta dos anos setenta e como estes são narrados nos anos de 2017 por estes personagens.

CAPITULO I

A PRESENÇA DE UM NOVO PERSONAGEM: A IMPLANTAÇÃO DO ENSINO MÉDIO E AS EM MEIO AO CENÁRIO POLITICO NACIONAL

1.1 Cenário da educação nacional

O período em que perdurou no Brasil o chamado governo militar foi marcado por diversas mudanças a partir de decretos e lei promulgadas, que foram responsáveis por desenhar um novo Brasil, que mesmo após Ditadura ainda carrega em alguns segmentos da organização social traços deste momento de nossa história nacional. Se voltarmos nossos olhos para o campo da educação é possível perceber diversas intervenções que foram proporcionadas com interesses bem estabelecidos, tendo em vista que a escola é uma instituição pública com poder de atingir uma quantidade de indivíduos considerável em um só ambiente.

No início dos anos 1970 o Brasil, por influência das teorias educacionais de Paulo Freire, vinha vivenciando a experiência com a educação de jovens e adultos na chamada educação popular, tendo como uma das principais características não somente a decodificação de linguagem e operações matemáticas, mas fazendo uso dos signos da realidade social do indivíduo para a sua própria alfabetização, ou seja, levando a compreensão da realidade e educando os indivíduos como sujeitos de direitos.

Iniciado o regime militar, estas características de educação popular não foram vista com bons olhos por aqueles que pretendiam uma centralização de poder cada vez mais acentuada nas mãos do Estado. Por isso, foi instaurado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) por meio da lei n 5.379/1967 que legalmente tinha o objetivo de erradicar o analfabetismo de jovens e adultos, além de garantir uma formação continuada e uma preparação técnico-profissional. Portanto, assim como Carvalho, Barbosa e Santos também afirmaram:

No contexto dessa discussão, lembrar para não mais esquecer que a educação para emancipação do indivíduo, proposta pela pedagogia freireana e pelos movimentos de educação popular do início dos anos de 1960, perdeu espaço pra o MOBRAL, modelo educacional que regula e tolhia as potencialidades do educando jovem e adulto ao restringir a alfabetização à funcionalidade decodificadora. O jovem e o adulto alfabetizados sofrem violência em seu direito à emancipação pela educação (2014, p.175)

Assim, para além do MOBREAL que estava voltado para os primeiros anos da formação dos indivíduos, outras mudanças foram instauradas durante a Ditadura Militar, a exemplo da implantação de um ensino médio técnico-profissionalizante, um influência de interesses capitalistas dos detentores do capital industrial, que desde o governo de JK, vinha com o crescimento da indústria nacional, mostrando-se interessado em uma mão-de-obra qualificada para trabalhar em suas indústrias. Desta forma, a implantação do ensino médio técnico-profissional se apresenta como resultado de interesses capitalistas anteriores ao regime militar, sendo a escola por meio das reformas educacionais o ambiente ideal para formação desta massa trabalhadora.

Contemplando este processo, foi aprovada, em 11 de agosto de 1971, a Lei n. 5.692/71, que unificou o antigo primário com o antigo ginásio, criando o curso de 1º grau de 8 anos e instituiu a profissionalização universal e compulsória no ensino de 2º grau, visando atender à formação de mão-de-obra qualificada para o mercado de trabalho. (SAVIANI, 2008, p. 298)

Em meio a este cenário educacional brasileiro, permeado por diversas reformas educacionais, partimos para estudar a conduta de alunos de um pequeno município no interior paraibano por volta dos anos 1970 e, principalmente, as punições que lhes eram aplicadas em meio a uma conjuntura social com características fortemente disciplinares.

O Colégio Municipal Padre Galvão foi inaugurado no ano de 1965 e recebeu o nome de seu fundador, então o Padre José Augusto da Silva Galvão, que é visto até os dias atuais no imaginário da população do município como um grande visionário, responsável por diversas obras importantes para o município. Dentre algumas ações podemos citar o movimento de emancipação política do município que ocorreu no ano de 1953. Inicialmente, o colégio oferecia o ensino primário e o curso Ginásial. Apesar de se tratar de uma instituição pública, para se estudar ali era necessário ser aprovado no exame de admissão, o qual causava grande ansiedade nos candidatos que residiam não só em Pocinhos, mas também em localidades vizinhas, como Olivedos.

As provas do exame de admissão tinham caráter eliminatório e classificatório a partir de algumas disciplinas e eram elaboradas por professores convidados, fiscalizada pelo próprio Padre Galvão que era inspetor de ensino com o auxílio de alguns professores, como nos relatou à senhora Maria de Lourdes. O exame de admissão é uma marca na memória dos alunos que por ele passaram, tanto pelo seu rigor como pela pressão exercida pelos pais e responsáveis. O resultado final da prova com a lista de classificados era noticiado pela Voz de Pocinhos onde toda a cidade escutava os nomes dos alunos aptos a cursarem o ginásio. (ARAÚJO, 2014, p.26)

Na citação acima é possível perceber que nos primeiros anos do Colégio Municipal Padre Galvão nem todos os que desejavam poderiam ser matriculados na escola, pois a procura exigia a comprovação de conhecimentos prévios para ingressar o curso ginasial recém-inaugurado.

No ano de inauguração do colégio Municipal Padre Galvão havia apenas duas instituições de ensino no município. O Instituto Nossa Senhora da Conceição e o Grupo Escolar Afonso Campos, sendo o primeiro de ensino privado e que funcionava na antiga Casa de Caridade do Padre Ibiapina, inspirado no Colégio Pio XI, e o segundo de ensino público. Mas, como sabemos, não sendo a alfabetização obrigatória e as condições econômicas do município não possibilitando que todas as crianças ou mesmo jovens frequentassem a escola, um número reduzido de habitantes frequentavam o ensino que em ambas as instituições somente ofereciam o ensino primário.

Com a inauguração do Colégio Municipal Padre Galvão, o Instituto Nossa Senhora da Conceição é fechado e alunos e professores são transferido para a nova escola, que contava em sua estrutura com seis salas de aula, uma sala para os professores, a diretoria, a secretaria, um jardim na entrada e uma quadra, segundo informou Araújo (2014). Mas para além da estrutura física da instituição, não poderíamos deixar de inserir na discussão o ensino aprendizado do Colégio Municipal Padre Galvão, que ganha visibilidade regional sendo responsável por formar um número considerável de profissionais influentes na sociedade como pode ser observado no relato de nosso entrevistado abaixo.

Você tira pelo seguinte, Pocinhos foi referência naquela época em vestibular, hoje em dia tem o ENEM, né? Mas antigamente era vestibular. Em Pocinhos tem vários coronéis da policia, vários engenheiros, tudo saiu daquele colégio. Eu passei...eu vou tirar por mim: eu passei eu tive uma base muito boa nesse colégio aí. Eu passei vinte anos sem estudar. Vinte anos! Houve um concurso da CAGEPA em 2002 e eu ainda dei um lidazinha numas matérias, fui fazer e fui aprovado em sexto lugar. Você tira como a base que tive naquela época foi muito boa, e você passar vinte anos afastado de escola e de ler, ir para um concurso público e ainda ser classificado em sexto lugar, depois de vinte anos? Quer dizer, tudo que eu aprendi lá atrás ficou na memória. Quer dizer, foi uma época muito boa. (Entrevista concedida em 09/02/2017)

Assim, podemos afirmar que a instituição de ensino aqui estudada, apesar de poucos anos de existência, por volta dos anos setenta, oferecia um ensino de qualidade e que permanece no imaginário de seus alunos que estudaram na época, como os “anos dourado” do ensino no Colégio Municipal Padre Galvão, possibilitando mesmo após

quase trinta anos aprovação em concursos públicos concorridos, como relato nosso colaborador acima. Desta forma, partimos a analisar quais as especificidades do ensino na instituição aqui estudada, que poderão oferecer o presente resultado.

Devido às influências que carregava Padre Galvão, inspirado no ensino dos colégios diocesanos, procurou fomentar a instituição que acabara de fundar como disciplinas e metodologias de ensino semelhante as que se poderia encontrar em instituições de ensino como o colégio Pio XI em Campina Grande. Dentre as disciplinas oferecidas estavam português, matemática, história, religião, geografia, educação física, música e as línguas estrangeiras como o inglês e o francês, e por fim OSPB e Moral e cívica mais uma das exigências do governo militar.

Desta forma, quando falamos que o Colégio Municipal Padre Galvão tornou-se referência em ensino na região, estamos utilizando como referência os relatos de ex-alunos, que não hesitam em retratar o empenho de Padre Galvão em oferecer sempre as melhores possibilidades de ensino trazendo sempre que possível os melhores professores, a exemplo do senhor Linaldo que enfatiza que sua antiga professora de língua estrangeira (Inglês), ser de origem estadunidense. Ou ainda, é possível verificar nas fichas de alunos da época que foram matriculados indivíduos nascidos nas cidades como Queimadas, Boa Vista, Campina Grande, Olivedos, entre outras.

Portanto, assim como Julia (1995) bem destaca que a cultura escolar não pode ser estudada sem a análise precisa das relações conflituosas ou pacíficas que ela mantém com as culturas contemporâneas de cada período da história, não poderíamos deixar de lembrar que durante o período estudado, que corresponde aos anos setenta período em que o Colégio Municipal Padre Galvão receberá a implantação do ensino médio, este que vinha sofrendo mudanças significativas através dos decretos e lei aprovadas recentemente. O Brasil estava sendo governado pelos militares, assim a “cultura social” vivenciada na época respingava dentro os muros da escola seja através das práticas cotidianas ou mesmo de eventos mais patrióticos como os desfiles cívicos do sete de setembro que contavam com a participação de membros da polícia em suas exibições.

1.2 Implantação do ensino médio 1972

O chamado regime militar brasileiro foi um período de mudanças políticas que marcaram o cenário brasileiro, e estas não se limitava às grandes cidades do país,

atingindo também lugarejos isolados como o município de Pocinhos. Durante esses anos, diversos partidos políticos do Brasil foram extintos dando lugar ao chamado bipartidarismos onde apenas a ARENA (Alianças Renovadora Nacional), com princípio de direita ou partido de governo e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro) representado a oposição, garantiria apenas em termos de aparência a normalidade do exercício democrático. Portanto, apenas membros de ambos os partidos citados acima eram responsáveis por compor as tramas políticas de nosso país.

Para além dos partidos políticos, as reformas educacionais estão entre os nossos principais interesses. Começamos pela Reforma Universitária implantada no ano de 1968. A Reforma Universitária implantada no Brasil teve entre os seus impactos no ensino, a criação de departamentos e a possibilidade para que os alunos ao longo de seus cursos pudessem escolher a sequência que pretendia cursar em cada componente curricular, fazendo com que as turmas se tornassem cada vez mais heterogêneas, ocorrendo uma maior dificuldade de corporativismo entre os alunos. E ainda a promulgação do Decreto 477 de 1968, que autoriza o desligamento de professores, alunos ou funcionários de instituições escolares caso sejam considerados subversivos.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando das atribuições que lhe confere o parágrafo 1º do Art. 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

§ 1º As infrações definidas neste artigo serão punidas:

I - Se se tratar de membro do corpo docente, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino com pena de demissão ou dispensa, e a proibição de ser nomeado, admitido ou contratado por qualquer outro da mesma natureza, pelo prazo de cinco (5) anos;

II - Se se tratar de aluno, com a pena de desligamento, e a proibição de se matricular em qualquer outro, estabelecimento de ensino pelo prazo de três (3) anos.

Além da Reforma Universitária, que nos mostra por meio do decreto acima partimos para as reformas na educação básica, que teve entre suas intervenções a lei de número 5.692/71. A presente lei tinha como objetivo unir o antigo ensino primário até então única formação obrigatória no Brasil, ao curso ginasial criando o Primeiro Grau, passando assim a ser exigência legal para todas as crianças na faixa etária entre sete e catorze anos frequentassem a escola.

Essa lei foi resultado, além da conjuntura desenvolvimentista do país, de pressões internacionais de países como o Japão e os Estados Unidos, que já tinham um ensino

obrigatório entre seis e oito anos, enquanto no Brasil apenas os quatro primeiros anos do ensino primário eram obrigatórios. Não poderíamos deixar de chamar atenção ainda para o fim do chamado exame de admissão, então necessário para matricular-se no ginásio, ou seja, com a nova lei de 1971, ao término do ensino primário as crianças ingressariam no curso ginásial, que a partir de então representava uma só fase de aprendizado. E ainda o ensino de duas novas disciplinas, Moral e Cívica e OSPB (Organização Social e Política do Brasil) características de regimes autoritários como o existente no Brasil na época, e cujo prejuízo para a disciplina de história foi incontestável.

E por fim, as mudanças para o ensino médio através da lei 5.692/71, que implementava um ensino técnico profissional, formador de mão de obra qualificada para compor o operariado brasileiro. Um país que buscava o tão esperado desenvolvimento, mas que por outro lado, precisava criar novos rumos à quantidade cada vez maior de indivíduos que atingia a conclusão do ensino médio, já que a Universidade tradicionalmente deveria ser ocupada pelos futuros administradores do país.

Entretanto, devemos observar que, paralela a instituições de ensino que ofereciam aos estudantes uma formação técnica-profissional, continuou existindo as escolas que preservavam o antigo padrão, oferecendo apenas a formação científica, mesmos após a promulgação de lei acima citada. Este fato se deve entre outros motivos a impossibilidade de algumas instituições de construir seus laboratórios profissionais, e no caso das escolas privadas a recusa de seus proprietários em custear laboratórios industriais, afinal estes estavam preocupados sem formar a classe social mais abastada, que possuíam recursos para cumprir as mensalidades escolares, não a um público que desejava ser operário da indústria brasileira.

E em meio a este contexto, a escola, aqui utilizada como objeto de estudo, continuou a manter o que chamamos aqui de antigo padrão, sendo responsável pela formação de alunos que prestaria vestibular² e alcançariam a Universidade ou mesmo outros cargos públicos de destaque. Deixando de ser caracterizada como uma escola técnica profissional e mantendo o ensino científico de referência mesmo após a promulgação da lei.

1.3 O Colégio Municipal Padre Galvão como referência educacional

² Não estamos querendo afirmar que todos os alunos do Colégio Municipal Padre Galvão saíram do ensino médio e ingressaram no ensino superior, mas que a escola manteve um ensino voltado para o ingresso em universidades.

Sabemos que o Colégio Municipal Padre Galvão, como foi discutido acima, manteve seu currículo de ensino mesmo com a implantação da lei 5.692/71, que criou o ensino técnico-profissional, isto se deve também pelo fato que somente no ano de 1972 é que teremos a implantação do ensino médio na instituição, mas que esse atrelado a curso ginásial, desde a implantação do colégio em 1965, torna-se referência em ensino na região, como foi possível perceber através do relato de um ex-aluno concedido em 09/02/2017, mas também pela naturalidade dos alunos que frequentavam a instituição presente em suas fichas de matrículas.

Entretanto, foi apenas em abril de 1971 que a câmara de vereadores aprovou a lei de implantação do ensino médio no Colégio Municipal Padre Galvão, que tiveram seu início apenas no ano seguinte. Porém, o que mais nos chama a atenção nesta mesma sessão de abril de 1971, foi o artigo 41, voltado para uma determinação política ideológica no ambiente escola, o que parece retratar um clima de hostilidade política contra o regime vigente no Brasil não só por parte dos alunos, mas em destaque para os professores, já estudado por Ribeiro (2013).

Art. 41 – É vedado aos professores:

I – utilizar-se do cargo ou função exercida, (sic) para difundir ideologias contrárias aos interesses nacionais, como também fomentar atividades político-partidárias;

Art.46- É vedado ao aluno:

I – Disseminar ideais contrárias à ordem publica e aos bons costumes;

II – Conduzir e propagar livros, gravuras, revistas, periódicos e impressos que atentem contra o regime em vigor no país;

III – portar armas ou qualquer instrumento cortantes no recinto do estabelecimento.

Fazendo estas observações, não poderíamos deixar de citar ainda que entre o corpo de professores, é possível verificar a presença de um indivíduo que na época também exercia a função de vereador pelo partido de oposição ao governo, o MDB. E que teve seu mandato cassado após brigas políticas sob a alegação da proibição de vereadores ocuparem cargos públicos na prefeitura do município. Portanto, a política ditatorial não deixava de estar presente no ambiente escolar de forma determinante, seja

por meio de leis voltadas para educação, ou mesmo através de figuras como o docente aqui citado³.

Para além das leis educacionais, nos questionamos sobre o aumento do número de discentes no Colégio Municipal Padre Galvão, com a implantação de ensino Médio no ano de 1972. Os casos de indisciplina também aumentaram, porém, no depoimento de nosso entrevistado, é possível perceber que ele pouco retrata o aumento dos casos de indisciplina, destacando apenas as mudanças físicas e estruturais do Colégio Municipal Padre Galvão.

É porque na época chamava científico, o primeiro científico, segundo e terceiro anos científico...em 72 parece, 73...mudou muito, mudou porque o colégio teve que ter mais classes, né? Veio mais gente de outras cidades estudar aqui, vieram os professores mais classificados de Campina Grande, mudou muito por isso. (Entrevista concedida em 09/02/2017)

Ao enfatizar “mudou muito por isso”, fica explícito, além de relatos informais concedidos pelo o mesmo entrevistado, que mesmo aumentando o número de discentes, não houve um “aumento” considerável de atos indisciplinados merecedores dos temidos castigos da Supervisora ou Diretora de Disciplina, cargo este que inclusive foi oficializado após sancionado pela câmara do município em 16 de junho de 1980, a sua criação como podemos visualizar na imagem abaixo.

³ Não é possível citarmos nomes devido ao sigilo pessoal e profissional, e também por que não nos foi autorizada essa divulgação nominal.

LEI Nº 336-A.

Institui o Serviço Municipal de Educação e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE POCINHOS, ESTADO DA PARÁIBA, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei.

Art. 1º - Fica criado na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Pocinhos, o Serviço Municipal de Educação, diretamente subordinado ao Executivo Municipal, com a finalidade de promover a melhoria e expansão do ensino, a nível Municipal.

Art. 2º - A estrutura básica do Serviço Municipal de Educação será definida em Regimento próprio, aprovado pela Prefeitura Municipal.

Art. 3º - Ficam criados os seguintes cargos:

- I - Chefe
- II - Secretário
- III - Supervisor

(Arquivo pessoal de Rafaela Barros)

Este documento que é fruto de um contexto social, mas também educacional de grande disciplina. Tempo em que os indivíduos estavam sempre se deparando com a aprovação de novas leis e decretos com objetivos controladores, assim como podemos perceber no documento acima. Estes fatos, que podem ser percebidos não somente por meio do presente documento ou pelas entrevistas coletadas por nós, mas também nos carimbos e assinaturas das suspensões de alunos que foram pegos na escola subvertendo as regras e foram oficialmente punidos, tendo suas tramas preservadas no arquivo morto do Colégio Municipal Padre Galvão.

Outro fato que podemos citar no presente momento, diz respeito à exigência do atestado de varíola que deveria ser trazido no ato da matrícula e que pode ser encontrado também em meio à documentação do alunado. Para além deste atestado, também foi possível encontrar nas fichas dos alunos da época estudada histórico escolar e registros de atos que iam contra a disciplina estabelecida pela direção da escola como as famosas suspensões. Com destaque para algumas cartas de expulsão e ou transferências de alunos indisciplinados, estas que serão tratadas e analisadas mais à frente.

CAPÍTULO 2

CONTEXTO DE DISCIPLINARIZAÇÃO INSTITUCIONALIZADA NA CULTURA ESCOLAR DO COLÉGIO MUNICIPAL PADRE GALVÃO

2.1 O fazer historiográfico do historiador da educação

Muito se discute acerca da chamada falência da história do século XX, segundo a qual os métodos utilizados pelos historiadores da escola Metódica estariam ultrapassados. Este que consistia em extrair de documentações de determinadas épocas o máximo de informações possíveis e assim construir uma narração com “veracidade”. A partir de então, surge outra influência que para além da incessante procura de veracidade com uso das fontes escritas, estes que nem sempre registravam o que realmente aconteceu, mas introduzindo outros personagens⁴ para fortalecer a escrita da história e tentar preencher algumas lacunas antes não passíveis de serem preenchidas.

Realizar pesquisas acadêmicas voltadas para a educação, estando no lugar de historiador, pode nos parecer passear pelo campo da pedagogia, esquecendo-se da essência historiográfica da formação do historiador. Entretanto, é cada vez mais crescente o número de pesquisas de historiadores voltadas para o campo da educação. Este fenômeno que pode ser refletido no próprio surgimento de linhas de pesquisas voltada para esta temática. Isto se dá pela necessidade de perceber historigraficamente o caminho percorrido por nossa disciplina, a história, mas também as tramas políticas, religiosas e culturais que se deram no seio de instituições escolares, e que sobrevivem através de documentos institucionais preservados nos arquivos das escolas pesquisadas.

Assim, documentos que são preservados ao longo do tempo fornecem informações valiosas que enriquecem a contribui para a realização de inúmeras pesquisas e, conseqüentemente, a escrita de trabalhos determinantes para a história da educação. Além dos documentos escolares, os quais podemos citar fichas do alunado que preserva toda a conduta do aluno durante a permanência nas instituições pesquisadas, diários de professores que preserva as frequências e notas dos indivíduos que ali estudaram, ou ainda atas de reuniões de professores, entre outros, não

⁴ Quando falo personagem estou me referindo as demais fontes introduzidas com escola dos Annales na escrita da história.

poderíamos deixar de citar os chamados documentos públicos preservados em sua grande maioria em Câmara municipais de vereadores ou em prefeituras, e que nos fala acerca de leis ou decretos aprovados por meios destes, em especial da câmara de vereadores, voltados para educação e que são responsáveis por mudar o cenário antes posto de forma impactante ou sutil o seio educacional.

É em meio a esta gama de influência que continuamos pensando o exercício historiador inserido em um contexto histórico de grande valorização da memória, onde os meios tecnológicos favorecem a preservação de uma grande quantidade de informações antes não possível, mas que ao mesmo tempo contribui para a grande perda quando falamos de memória natural, que deixa de ser utilizadas com mais frequência para testemunharmos cada vez mais o aparecimento dos lugares de memória. Estes lugares de memórias, quando pensamos na história da educação, podem dizer respeito aos próprios prédios, que em sua maioria ainda são utilizados para fins educacionais, e com o mesmo ofício de instituição escolar. Desta forma, este exercício de criação de lugares de memória poder ser enxergado na tentativa de fazer dos relatos daqueles que viveram a época, e guardam em suas memórias informações acerca de acontecimentos particulares do ambiente escolar, assim estes “lugares de memórias” passam a ser as produções neste campo de pesquisa.

Assim, a busca em preservar a memória se dá através de pesquisas, mas principalmente da escrita, que aparecem como resultado material das mesmas. Estas que não deixam de encontrar dificuldades quando falamos de épocas mais remotas sobre as quais não mais existem testemunhos oculares ou ainda quando se trata de períodos históricos politicamente tensos, a exemplo do Brasil a chamada Ditadura Militar. Momento histórico de nosso país em que muito dos personagens se recusam ou tem receio de recordar da época vivida, devido a traumas como resultado de ferrenhas perseguições, ou mesmo na tentativa de esconder determinadas condutas que com o passar dos anos e o amadurecimento da mente, hoje representam atitudes vergonhosas para ex-alunos, que apenas eram crianças e adolescentes na época, mas que nos dias de hoje, na condição de pais e avôs, não aceitam que tenha suas infrações escolares publicizadas. Desta forma, após refletir acerca do fazer historiográfico do historiador da educação partimos para perceber o contexto de disciplinarização institucionalizado no Colégio Municipal Padre Galvão por volta dos anos 1970.

2.2 Formas de controle dos corpos

Os castigos escolares vêm se tornando cada vez mais um dos principais objetos de estudo no campo da história da educação. Forma de controle dos corpos como a famosa palmatória, aparece nas pesquisas acadêmicas como resultado de análises de fontes históricas como as leis aprovadas com o objetivo de frear aqueles docentes que por um determinado motivo exageraram em seu método punitivos, como podemos nas palavras de Cláudia Engler Cury aos escrever sobre os métodos de ensino e formas de controle sobre o cotidiano escolar na instrução pública na Paraíba nos anos de 1835-1864:

A legislação mostra-se bastante insistente em conter os abusos dos professores em relação aos métodos punitivos como, por exemplo, ‘não se deixar possuir de cólera’, estabelecer regras para as punições por meio da palmatória, orientando sobre o número de palmatoadas adequadas às diversas idades dos alunos, e restrições á práticas indiscriminada desse método punitivo com finalidade disciplinar, assim também, procura conter e evitar outros castigos corporais. Pelo menos sob a pena dos legisladores, há preocupação clara em não permitir que os castigos sejam utilizados de forma indiscriminada e sob efeito da ira dos professores. (CURY, 2006, p.32)

Desta forma, podemos perceber que os castigos escolares, e principalmente os seus excessos, estavam sendo discutidos por legisladores devido aos problemas que vinham apresentando por volta do século XIX. Assim, trata-se de um contexto histórico onde a utilização da palmatória na disciplinarização dos alunos ou mesmo a própria presença desta fazia parte do mobiliário escolar. Desta forma, voltemos nossos olhos para época que estamos estudando, época em que a disciplinarização e o controle dos corpos estavam presentes no cotidiano escolar, e porque não falarmos em um momento histórico de militarização educacional.

Como já foi muito citado aqui, trata-se de um momento particular da história brasileira, em que diversas leis foram aprovadas e acabou por modificar todo um cenário social antes estabelecido, e como era de se espera, a educação não esteve ausente das transformações ocorridas na época. Dentre estas, citemos a introdução das disciplinas Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil, além da diluição das disciplinas de história e geografia nos chamados Estudos Sociais.

Entre os objetivos da disciplina de Moral e Cívica, podemos observar nas leis aprovadas em agosto de 1971 a formação de “hábitos e atitudes”, que, aliados a outros conteúdos ministrados na escola durante os anos de 1970, como o ensino religioso, os

programas de saúde, a educação para o trânsito, educação artística ou mesmo a própria Educação Física, podem ser consideradas de fundamental importância para a manutenção de uma “ordem pretendida”. Sendo a Educação física vista como formadora de corpos belos e saudáveis de acordo com a higienização pretendida através dos conteúdos ministrados na disciplina de Moral e Cívica, sendo justificado como essenciais não somente para a vida discente, mas como sendo uma “formação para toda a vida”.

Para além destes fatos, podemos ainda voltar as nossas atenções para os princípios disciplinares aliados aos esportes, sejam estes coletivos ou individuais, os quais exigem um nível de comprometimento com o fazer de determinadas atividades, seja este por meio da alimentação ou mesmo pela preparação muscular, além do espírito de equipe fortemente cultivado nos esportes em grupo nos quais para cada atleta é delegada uma função. Desta forma, em meio a todos estes princípios disciplinares por qual perpassa a disciplina de Educação Física, pensemos esta em meio a um contexto de militarização educacional como ferramenta contribuindo-a na formação de discentes mais saudáveis e disciplinados.

Entretanto, não poderíamos deixar de citar ainda as estratégias de controle dentro o próprio ensino de educação física, que não se trata de uma realidade educacional da instituição aqui estudada, mas de uma exigência nacional do Ministério da Educação, que era a separação dos alunos entre os sexos (masculino/feminino) durante os exercícios físicos realizados nas escolas, além da exigência para os professores, que deveria ser **um** docente para os meninos e **uma** docente para o trabalho com as meninas. Estes são alguns elementos disciplinares que podem ser percebidos no ensino de determinadas disciplinas escolares oferecidas na década de 1970, ou ainda tal como se apresentava o fardamento escolar daquela época.

O fardamento escolar no Colégio Municipal Padre Galvão, assim como as demais escolas públicas da época, seguia uma padronização da vestimenta escolar que perpassava por uma fiscalização diária dos inspetores educacionais, que exigia do aluno o cumprimento de todas as exigências para o fardamento que ia desde a camisa, muito bem passada, até a coloração da meia que deveria estar de acordo com as regras da escola. Estas foram normas que rederam a alguns alunos castigos disciplinares como a proibição de assistir as aulas, ou ainda as temidas suspensões.

No Colégio Municipal Padre Galvão os alunos dispunham de dois fardamentos. O primeiro era direcionado a ida à escola nos dias letivos comuns: para as meninas camisa na cor caqui, saia preta na altura do joelho, meia branca e sapato preto; e para os

menino camisas e calças caqui, sapato preto e meia preta, como podemos observar na imagem abaixo que retrata sete mulheres, sendo cinco alunas com o seu fardamento diário e, o que nos parecer ser duas professoras, que as acompanha, embora uma delas apresente igual vestimenta daquela apresentada pelas alunas.



(Arquivo pessoal de Adriana Souto)

Além do uniforme de uso diário acima mostrado, existia o chamado uniforme de gala, ou seja, aquele fardamento que somente deveria ser usado em eventos de importância para a escola como o desfile cívico do Sete de Setembro. Este que apresenta uma maior formalidade possuindo suas camisas mangas compridas, além da postura e sincronia que deveria ser apresentadas à população em seus eventos sociais.

Percebemos esta exigência do fardamento escolar como mais uma das diversas formas de controle dos corpos dos discentes, que eram colocados como homogêneo ao serem obrigados a fazer uso não só das vestimentas, mas até mesmo dos calçados e acessório, deixando suas personalidade para fazer parte de um corpo maior que era a instituição Padre Galvão.

Para além do fardamento diário que deveria ser seriamente respeitado, vamos ter o fardamento destinado a eventos fora dos muros da escola, mas que tinha entre os seus principais objetivos apresentar uma aparência não só de disciplina e ordem, mas de elegância e imponência. Este era utilizado em eventos como o desfile cívico do Sete de Setembro, como podemos observar na imagem abaixo. Trata-se de uma vestimenta com

um corte mais formal, com mangas compridas e saias muito bem passadas, que, segundo alguns relatos de ex-alunas da época, deveriam ser guardadas embaixo dos colchões para manter com perfeição suas pinças e viva a cor.



(Arquivo pessoal de Adriana Souto)

Desta forma, podemos afirmar que o fardamento escolar apresenta-se como uma estratégia de disciplinarização, não só no seio do ambiente escolar, mas que é utilizado também para demonstrar a imponência e ordem da instituição Colégio Municipal Padre Galvão em meio a um contexto social de nacionalismo, de censura, de grandes perseguições políticas.

2.3 O desfile cívico e a disciplinarização/militarização

Como estamos discutindo durante todo esse trabalho, os anos de 1970 se apresentam como um contexto histórico de grande disciplinarização social e, conseqüentemente, de um ambiente escolar rígido que cultua a ordem e os bons costumes. Desta forma, eventos que estavam voltados à exposição na sociedade, como o desfile cívico de Sete de Setembro, carregava em sua realização uma grande preocupação em demonstrar a disciplina tão buscada na escola. Não só por meio das roupas utilizadas pelos discentes, mas principalmente pela postura exercida durante os desfiles nas ruas da cidade de

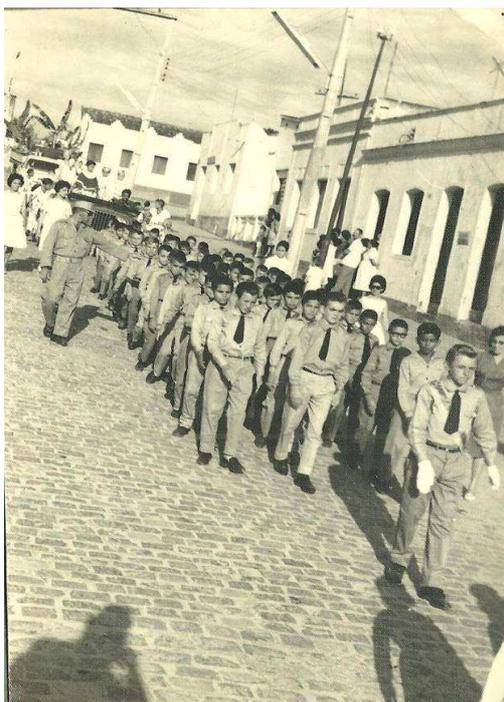
Pocinhos, e para que nada estivesse fora do que havia sido planejado, aos alunos eram impostos vários ensaios antes da data comemorativa, que deveria exigir a obrigatoriedade da participação de todos os discentes da instituição aqui estudada, como podemos observar nas palavras de Araújo (2014).

Para os alunos do Ginásio Municipal Padre Galvão marchar era uma atividade obrigatória como nos relatou à senhora Maria de Lourdes “você era obrigado a marchar senão era suspenso a não ser que fosse uma doença que você desse atestado médico”. Mesmo com esta imposição, os alunos desfilavam e esperavam ansiosamente por este momento, que vinham ensaiando fazia meses, existia toda uma preparação por parte das meninas com as suas fardas e com o visual, para os meninos o momento de mostrar o resultado dos ensaios da banda para a comunidade. (ARAÚJO, 2014, p.42)

Para além da obrigatoriedade de está presente nas homenagens à pátria, podemos frisar ainda a presença de alguns personagens de grande importância na manutenção da disciplina ao longo dos desfiles cívicos. Não poderíamos deixar de enfatizar a marcante presença do próprio fundador da instituição, Padre Galvão, que foi registrado nas fotografias destes eventos na época estudada, fiscalizando o andamento dos pelotões cívicos. Porém, além do padre, outras figuras poderiam ser apontadas como vigilantes da ordem, e estas eram estranhas ao ambiente escolar, mas também faziam parte da organização dos desfiles: os militares.

A imagem abaixo registra o pelotão masculino com o fardamento de gala do Colégio Municipal Padre, muito bem alinhados, mesmo se tratando em sua maioria de crianças. Ainda há a presença de um militar que coordena a marcha dos alunos e parece repreender algum dos discentes por ter cometido algum movimento fora do que havia sido previamente ensaiado. O militar que aparece com farda na mesma coloração dos estudantes, algo que poderia nos render uma discussão em outro trabalho, se apresenta com uma figura de controle e agente mantenedor da ordem escolar em um evento de grande importância para o município⁵ que se voltava há assistir às homenagens a pátria em meio a um contexto histórico de grande nacionalismo.

⁵ Mais informações acerca dos desfiles cívicos do Colégio Municipal Padre Galvão pode ser vistas no trabalho de conclusão de curso de Priscila de Lucena Araújo, historiadora do município.



(Arquivo pessoal de Adriana Souto)

Além do fardamento escolar, outras formas de controle eram utilizadas no Colégio Municipal Padre Galvão, o que contribuía para a manutenção da disciplina, a exemplo das fiscalizações da higiene do corpo discente. No próprio planejamento curricular da disciplina Educação Moral e Cívica, temas como a saúde estava entre um dos principais conteúdos a serem ministrados e, para além da formação em sala de aula, os alunos passavam, segundo o relato de nosso entrevistados, por uma fiscalização em praça pública, durante a realização das feiras municipais, com o objetivo da instituição escolar se certificar se as normas de higiene estavam sendo cumpridas.

Há mim recorde bem, tinha unas professoras muito boas naquele tempo, diferente de hoje, assim é porque hoje é o seguinte, porque as classes hoje em dia encheram muito de aluno né, naquele tempo cada classe tinha vinte e cinco no máximo trinta alunos, hoje tem cinquenta, sessenta né...Tinha, tinha ficar de joelho lá no canto da parede lá na frente, tinha nos sábados, a feira aqui era nos sábado, **a professora ia olhar as unhas da gente se tava cortadas se estavam sujas, nessa época havia isso.** (Entrevista concedida em 09/ 02/2017)

Assim, podemos afirmar que a higiene mantida por meio de severas fiscalizações, pode ser considerada como mais uma das formas de controles, estas que

delegavam a instituição escolar aqui estudada, referência não só por meio de seu ensino, mas também através de suas ritualizações.

CAPÍTULO 3

CONHECENDO AS PRÁTICAS ESCOLARES DE INDISCIPLINA NO COLÉGIO MUNICIPAL PADRE GALVÃO

3.1 Organização arquitetural: estratégias de controles e mitos disseminados

Durante toda a discussão no presente trabalho, viemos tratando de refletir acerca de temas fundamentais para entendermos o nosso objeto de estudo, que são os casos de (in)disciplina escolar durante a década de 1970a no Colégio Municipal Padre Galvão, e a cultura escolar estabelecida no ambiente aqui estudado em meio a um contexto social de ditadura militar. Assim, partimos para pensar o sistema de controle disciplinar do Colégio Municipal Padre Galvão aos olhos do panóptismo de Bentham discutido por Foucault (1975), no que tange a progressão da arquitetura escolar.

Para, além disto, assim como discute Gertrudes (2016), as regras escolares são criadas pelas instituições de ensino e impostas aos alunos e supostamente serão aceitas pelo alunado. Desta forma, também estavam organizadas as regras de disciplina nos anos de 1970 no Colégio Municipal Padre Galvão.

É preciso pensar a escola como espaço de conflito, de lutas e resistências e problematizar a ideia de controle, da vigilância e da normatização do e no cotidiano escolar. Enfim, pensar como varias práticas se tornaram frequentes e “aceitas” (na realidade essas práticas são impostas) nas escolas, que, equivocadamente, classificam-nas, hierarquizam-nas e as moralizam, determinadas atitudes, hábitos e definindo aquilo que supostamente será aceito (GERTRUDES, 2016, p.78).

Portanto, mesmo em se tratando de um contexto social de grande disciplinarização, que são os chamados anos de chumbo o ambiente escolar do colégio Municipal Padre Galvão, representa um espaço de conflito e resistência que estaremos discutindo alguns destes atos no presente capítulo.

Começemos a pensar a organização arquitetural da instituição aqui estudada, o que vamos chamar aqui de sistema de organização “panóptica”. Sendo suas salas construídas na parte da frente com grandes janelas que dava para o lado de fora da instituição, estas permitiam uma visualização do lado externo da escola. As mesmas

ainda contavam com uma quadra de esportes construída no centro da escola que substituía o tradicional pátio idealizado para o bom sistema de controle. Além das janelas, a estrutura escolar contava com paredes com grandes aberturas das quais é possível visualizar diversos ângulos da escola. Esta quadra, que era utilizada não somente para as práticas esportivas, mas também para os ensaios da banda fanfarra da escola, e que era vista com grande orgulho por aqueles que compunha a mesma, mas principalmente por seu idealizador, Padre Galvão, possuía entre os seus principais fundamentos aqueles da boa ordem.



Banda Marcial do Ginásio Municipal Padre Galvão. (Acervo da senhora Zilma Ferreira dos Santos. Foto encontrada no Trabalho de conclusão de curso de Priscila de Lucena Araújo).

Não podemos esquecer que o colégio Municipal Padre Galvão é idealizado e construído já em regime militar (1964/1965) e que apesar de não ter sido possível obter a informação de quem teria sido o arquiteto responsável pelo projeto da instituição, não poderíamos deixar de citar o curioso mito da existência de um túnel subterrâneo que ligaria o Colégio Municipal Padre Galvão à Igreja Matriz do município, sendo a sua entrada no almoxarifado. Esta é uma informação que sempre foi tratada com muito mistério e negada pelos gestores da instituição, afirmando que se tratava de uma abertura para a construção de um primeiro andar, chegando a ser fechada na última gestão.

Porém, se pensarmos que o seu idealizador, Padre Galvão, sempre foi conhecido como “futurista”, visto que suas obras eram tratadas como algo sempre no futuro, como exemplo, o mercado público do município, que na época de sua construção localizava-

se afastado do centro urbano, mas que atualmente faz parte mesmo. Desta forma, a informação de que seria uma abertura para um suposto primeiro andar poderia até ser bem aceita não fosse às características da própria entrada, que mais se dirigia para o subterrâneo. Entretanto fazendo parte de um contexto histórico impar para o nosso país, e tendo em vista que o Padre Galvão era filiado a MDB, partido de oposição, esse mito, caso fosse verdade, não deixaria de se tratar de uma ótima estratégia de fugir da repressão, já que se tratava de duas instituições sob influência de Padre Galvão, e que pelo seu teor formal, e porque não moralista, não despertaria facilmente a desconfiança dos órgãos repressores.

Assim, não poderíamos deixar de citar no presente momento, apesar não possuímos uma pesquisa mais fundamentada, que foi a Igreja Católica iniciou durante os anos do regime militar a lutar pela defesa dos direitos humanos, atuando de forma ativa na tentativa de contribuir com aqueles que sofriam as consequências de lutarem por democracia⁶.

Para além da organização arquitetura do Colégio Municipal Padre Galvão, partimos agora para o estabelecimento das regras escolares e, principalmente, a presença da diretora de disciplina n Colégio municipal Padre Galvão por volta da década de 1970.

3.2 Regras Escolares e Diretora de Disciplina

Como já foi mostrado em nosso segundo capítulo, a câmara municipal de vereadores se ocupava por volta da década de 1970 em criar o cargo de Diretora de disciplina do Colégio Municipal Padre Galvão. Este é um fato que nos leva a alguns questionamentos que tomaremos como base para o presente capítulo. Criado o cargo de diretora de disciplina e observando com os olhos de historiadores do presente, nos questionamentos se a criação de tal função se deu como resultado de um contexto indisciplinar educacional que deveria ser combatido, justificando a necessidade da criação de tal função. Porém, esta é uma pergunta que buscaremos a resposta no desenrolar de nossa discussão.

⁶ Estes fatos podem ser melhores pesquisados a partir da documentação da Cúria da arquidiocese de João Pessoa, recentemente visitada pela equipe do NUPEHL (Núcleo de Pesquisa e Extensão em História Local), do qual faço parte.

Discussões e brigas políticas sempre foram muito marcantes no seio da população pocinhense durante os anos que se perdurou a ditadura militar. Desta forma, o sistema educacional não deixou de ser atingido por alguns movimentos de lutas por líderes políticos da cidade, entre essas lutas a cassação do vereador Paulo Martins (MDB), que na época também era professor de Educação Física na instituição aqui estudada. Para além disto, outro fato, e que foi notícia em todo o país, foi a expulsão de duas alunas do Colégio Municipal Padre Galvão, após ganharem as eleições do grêmio estudantil contra o filho do prefeito na época, José Alves, o senhor Cassiodoro Pereira do Nascimento.

Estabeleceu-se em Pocinhos o clima de “politicagem”, quando o foco de ação política se logra. Em setembro de 1970, Cassiodoro Pereira do Nascimento, filho de José Alves, perde a eleição para o grêmio estudantil. O prefeito então expulsou do colégio as alunas Odete Alves e Lúcia Porto de Araújo, que tinham sido eleitas para a presidência do Grêmio, o caso ganha repercussão nacional saindo nos principais jornais do Rio e de São Paulo. Em dezembro, a parcela do Fundo de Participação dos Municípios de Pocinhos é bloqueada, dificultando ainda mais o governo de José Alves. (RIBEIRO, 2013, p. 167)

Entretanto, apesar de toda a repercussão de tal fato, não foi possível encontrar na ficha das alunas o registro de suas expulsões. Entretanto, foi possível encontrar nestes mesmos documentos o registro de atos de indisciplina registrado e preservados ao longo do tempo, que nos fala acerca de um ambiente que apesar de sempre prezar por disciplinarização não estava ausente de atos subversivos de alunados, sendo possível constatar diversas cartas de suspensões, todas por volta dos anos setenta, que estaremos comparando com os relatos de ex-alunos⁷ do Colégio Municipal Padre Galvão a época.

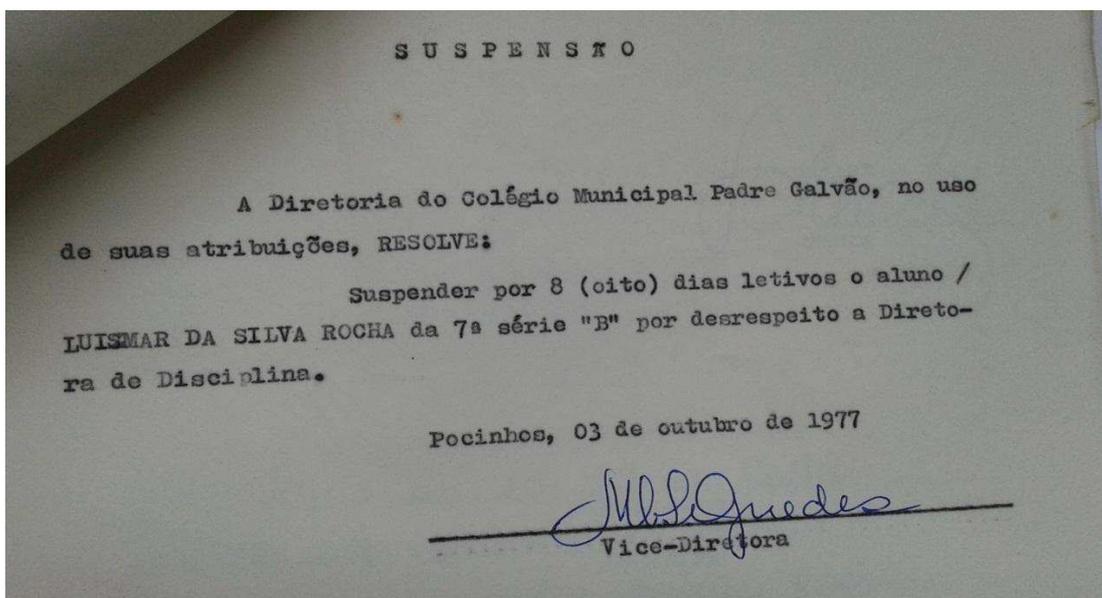
Assim, entre as principais regras que deveriam ser cumpridas pelos alunos do Colégio Municipal Padre Galvão estava: chegar pontualmente no horário estabelecido para a entrada, todos deviam chegar pontualmente para em fila rezarem e cantarem o hino nacional brasileiro, sendo punidos os alunos que ousavam a desrespeitar um momento tão solene para a instituição como cantarolação do hino nacional, além da obrigatoriedade do uso do fardamento completo. Entre outras regras, que assim com Gertrudes (2016) discute, são criadas ainda nos dias de hoje sem a participação dos alunos, fazendo uso do poder de gestores para impor aquilo que eles consideram essenciais para a manutenção da “boa ordem” em suas instituições de ensino.

⁷ Os alunos que buscamos questionar, sempre com a maior cautela, foram aqueles que obtiveram o maior número de suspensões e em um caso especial até mesmo a expulsão da instituição de ensino aqui estudada.

Porém, como sabemos se as regras existem, foi porque antes delas existiu alguém para ser devidamente controlado por meio do uso desta. Assim, é inevitável, e por mais que estejamos tratando de um contexto histórico específico, aqueles indivíduos que ousam por meio de suas táticas e estratégias burlar estas regras estabelecidas para satisfazerem as suas vontades, ou mesmo pelo simples prazer de estarem quebrando com o que lhe foi imposto. E são estas burlas, que ficaram registradas nos arquivos do Colégio Municipal Padre Galvão, que estaremos comparar com os depoimentos colhidos nos dias atuais. O exemplo do depoimento abaixo, que foi repreendido por voltar para a aula suado, o que não era visto com bons olhos pela diretora de disciplina.

...cheguei a se repreendido por ela, cheguei porque agente tinha o habito de jogar futebol e suava né, e ela não queria, queria todo mundo bem direitinho, a farda bem engomadinha, ela era danada, ela era tinha um pulso mesmo, era dama de ferro mesmo, agora era educada, fina, sabia conversar, agora na hora dela dá a dura mesmo ela dava, todo mundo tinha medo dela, medo não tinha respeito. (Entrevista concedida em 09/ 02/2017)

Mas que aparece no documento oficial, demonstrado abaixo, como desrespeito a diretora de disciplina e que lhes rende oito dias de suspensão.



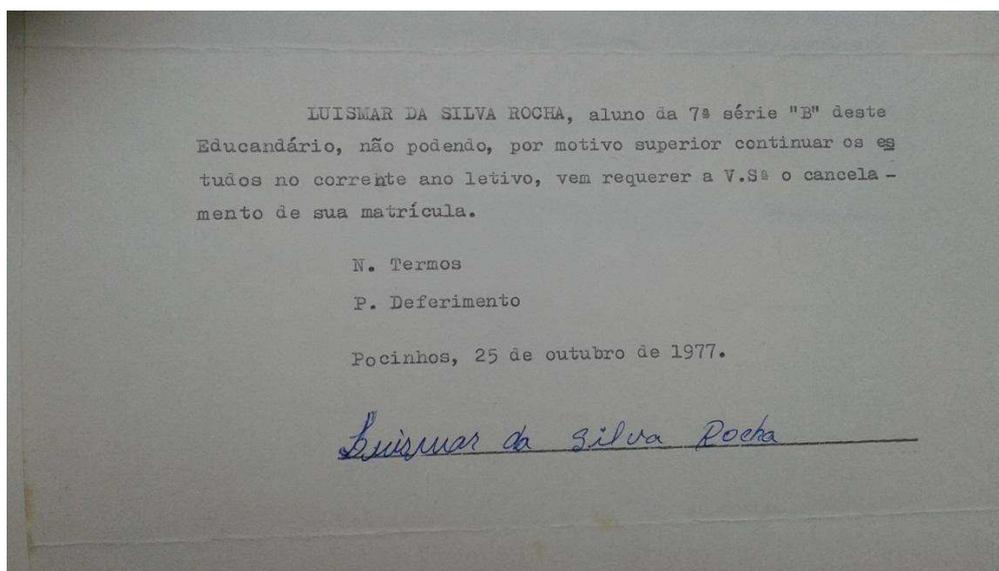
3.3 Os Casos de indisciplinados em suas contradições

Quando iniciei minha pesquisa, carregava comigo a visão de que o período em que se perdurou os anos de chumbo no Brasil, estava ausente quase que completamente de problemas como a indisciplina escolar. Em se tratando de uma instituição de ensino construída e regida por um representante de igreja católica, que sempre manteve grande

influência no município desde a fundação do Colégio, este seria um ambiente de grande disciplina. Entretanto, no desenrolar de nossa pesquisa foi possível perceber, que a indisciplina escolar, não somente dos alunos, mas também dos professores, foi passível até mesmo da criação de leis na Câmara Municipal na tentativa de coibir ações indisciplinadas.

Para além dos professores que não deixavam de ser influenciados pelos acontecimentos políticos calorosos do município, foi possível ainda constatar um grande número de suspensões nas fichas de alunos do Colégio Municipal Padre Galvão por volta da década de 1970. Nestas é possível encontrar as informações como: *O diretor do Colégio Municipal Padre Galvão, no uso de suas atribuições legais, resolve suspender o aluno José⁸ da X série, turno X, durante X dias letivos por motivo de...* Na grande maioria por motivo de indisciplina no colégio, na sala de aula, por desrespeito a diretora de disciplina ou mesmo a colegas.

Com estas fontes em mão, partimos em busca daqueles alunos que tiveram suas infrações escolares imortalizadas em suas fichas escolares. Desta forma, foi possível obter o depoimento de um dos alunos dos quais tivemos acesso a um bom número de suspensões e até mesmo um cancelamento de matrícula, após uma série de suspensões. Desta forma, podemos afirmar que o cancelamento de sua matrícula parecia ressoar mais a uma expulsão. Para além deste aluno, ainda obtivemos outros nos quais lhes foram atribuído suspensões e que nos concederam depoimentos.

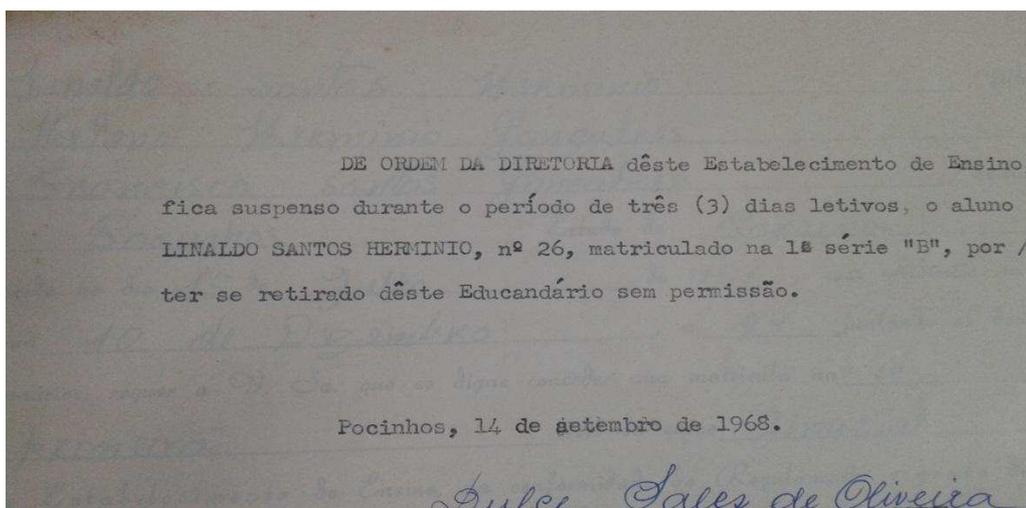


⁸ Nome fictício utilizado como objetivo de exemplificar.

O presente cancelamento de matrícula exposto acima foi seguido de uma série de suspensões, que nos faz questionar até que ponto o motivo superior pelo aquele o estudante vem requerer o cancelamento de sua matrícula, esteja atrelado a sua mal conduta escolar.

Entretanto, apesar da existência destas documentações, ao partimos a questionar aqueles que vivenciaram tal correção disciplinar, foi possível percebermos que os seus relatos divergiam completamente de tais informações. Quando questionados, foi possível obter depoimentos como: se em algum momento de sua vida escolar teriam sido castigados ou advertido por alguma infração, e mesmo com os registros documentais, estes ex-alunos negaram terem sido suspensos ou advertidos seja pela diretora de disciplina ou pelo (a) diretor (a) geral.

A exemplo, de nosso entrevistado Luismar, o qual já expomos alguns documentos acima, que apesar de possuir em sua ficha de matrícula preservada no arquivo do Colégio Municipal Padre Galvão, registro de atos de indisciplina, ao ser questionado, se havia sido repreendido durante sua vida escolar, nos concedeu uma resposta negativa acerca do assunto, em relação à suspensão, que representava o castigo mais temido da época. Além de Luismar, foi possível perceber também no depoimento de nosso segundo entrevistado, o qual vamos chamar aqui de João, uma contradição em relação à afirmação de que nunca teria sido repreendido na escola, apesar da existência de suspensão em seu nome.



Assim, pensando o lugar social ocupado por estes indivíduos no momento de suas infrações na escola, e atualmente como adultos que construiram suas famílias e que

pretendem manter uma conduta sempre presando ser exemplo para seus filhos e netos, podemos assim compreender a contradição existente entre as nossas fontes utilizadas.

Desta forma, quando questionado acerca da diretora de disciplina e sua postura na instituição de ensino na época, nosso entrevistado José, prefere exaltar as suas características pessoais e os momentos de sociabilidades com seus familiares, do que suas abordagens como responsável pela “boa ordem” na instituição de qual cuidava. Mesmo que não deixe de citar um dos motivos que o leva a ser chamado a atenção pela “finíssima”, tratamento como foi caracterizada por nosso entrevistado ao citar a diretora de disciplina.

Uma pessoa fina, finíssima, educada, agora rígida... era toda ali na linha, gente finíssima mesmo, tenho muitas boas lembranças boas dela, tanto dela, quanto do primos dela, que eu conhece os primos delas, alguns...cheguei a se repreendido por ela, cheguei porque agente tinha o habito de jogar futebol e suava né, e ela não queria, queria todo mundo bem direitinho, a farda bem engomadinha, ela era danada, ela era tinha um pulso mesmo, era dama de ferro mesmo, agora era educada, fina, sabia conversar, agora na hora dela dá a dura mesmo ela dava, todo mundo tinha medo dela, medo não tinha respeito. (Entrevista concedida em 09/02/2017)

Mesmo sendo caracterizada como Dama de Ferro, a diretora de disciplina para o nosso entrevistado é recordada como aquela que presava pela manutenção de uma “determinada aparência” requerida pela instituição de ensino na qual estudava. Não sendo, percebida por ele como a representante de uma disciplina, que estavam submetidos às influências de um contexto que ia para além do nível local, mas que estava mergulhado em diversas normas resultante de um contexto social vivido a nível nacional.

Desta forma, para a maioria dos ex-alunos que tiveram em suas fichas no Colégio Municipal Padre Galvão a marca de correção disciplinar, as recordações que mantem em suas memórias são ao do convívio social com os seus colegas que sem dúvida por ser considerada um memória prazerosa para ser guardada, em uma época em que conflitos, ordem, disciplina e bons costumes caminhavam entrelaçados com os desejos de uma geração de crianças e adolescente.

Assim ainda sobre os relatos de nosso entrevistado José, ao ser questionado acerca de sua recordação mais marcante do período em que foi estudante no Colégio Municipal Padre Galvão o nosso entrevistado nos responde que:

...Era mais de um parque que tinha ali vizinho ao colégio, que hoje em dia fizeram um teatro hoje, e a gente... nesse tempo era difícil de ter brincadeira por ali né, ai na época o prefeito que eu não lembro se foi Padre Galvão ou

Zé Alves que fez um parque ali, mas é dessa das brincadeiras. (Entrevista concedida em 09/02/2017)

A citação nos apresenta que, para além do clima de disciplinarização, sua memória guarda aquelas lembranças que fazia parte dos momentos de sociabilidades com seus colegas, e que não pareciam ser muitos. Ainda assim foi classificado como a recordação mais marcante de sua vida escolar, demonstrando o papel de socializador do ambiente escolar para formação cidadã de seus alunos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos a este ponto de nossa pesquisa, que escolhemos não chamar de término pela crença de que toda pesquisa está passível de ser novamente revisitada em outro momento, fazendo uma reflexão mais geral de alguns temas tratados no desenrolar de nosso trabalho e como a consciência do enriquecimento profissional com a realização deste trabalho.

Discutimos acerca de um período de nossa história nacional marcada pelo trauma de uma época de grandes perdas quando falamos mergulhados em um “Estado Democrático”, mas também de grandes mudanças em diversos segmentos da sociedade, era um contexto de Revoluções. Desta forma, o sistema educacional não deixou de ser tocado e transformado em meio às inúmeras leis que vinha sendo instauradas diante de tais transformações. Porém, apesar de não deixarmos de tocar nestes pontos essenciais, escolhemos discutir casos de indisciplina escolar em uma instituição de ensino localizada no interior da Paraíba, mas que mantinham em sua políticas algumas particularidades, sendo uma das cidades que era administrada pelo partido de oposição ao Governo.

Assim, buscando responder nossos questionamentos, partimos em busca de fontes distintas, mas que entrelaçadas entre si contribuiriam para a formação de uma história percebida por mais lentes, permitindo a comparação das fontes documentais, produzidas pelo Colégio Municipal Padre Galão, e também pelos relatos daqueles que viveram a época pesquisada. Sendo a procura destas fontes responsáveis por momentos de descobertas não somente profissionais, mas também por um enriquecimento pessoal, ao presenciar o sentimento daqueles que nos recontavam sua história.

Não deixando de considerar o contexto social de grande disciplina, que prezava pela boa conduta de seus cidadãos e, principalmente, pela obediência ao Estado, buscamos perceber como foi possível alunos e alunas subverterem as regras e a figura da diretora de disciplina para cometerem suas infrações que acabaram sendo advertidas e passíveis de suspensões. Mas quais eram os discursos que atualmente estes alunos, na condição agora de avôs, recordam e recontam o seu histórico escolar e os seus atos de indisciplinas, quando viveram a sua juventude em um contexto social particular da história do Brasil.

Desta forma, podendo exercitar aquele conhecimento adquirido de forma teórica durante a graduação, colocando em prática a função de historiador de pesquisar, investigar, comparar, analisar e construir uma narrativa acerca de um período histórico escolhido para a pesquisa em um recorte local.

Uma história não somente da principal instituição de ensino do município o qual nasci e me eduquei, mas também da memória particular de uma cidade. Cidade esta que foi “beneficiada” pela atuação de um sacerdote, que se dedicou à política e à educação no município e fez de seu cargo de prefeito, através de suas obras futurísticas, o ingrediente imortalizador de sua passagem por aquela região.

Concluimos o presente trabalho com a consciência de ter buscado contribuir com os estudos de atos de (in)disciplina escolar, até a memória de uma instituição de ensino atualmente com 57 anos de história, e que nunca esteve separada da história do município na qual a sedia, seja por sua importância na formação de seus moradores ou mesmo com o envolvimento político de seus membros e o uso deste ambiente para interesses pessoais. Assim, nosso trabalho buscou servir de análise e de fonte para aqueles que pretendem construir narrativas acerca do Colégio Municipal Padre Galvão e do município de Pocinhos.

Portanto, se toda pesquisa está passível de ser revisitada, nosso trabalho abre as portas para a entrada daqueles que também se interessam por ensino, mas que carregam consigo a consciência de que não é possível seguirmos em frente sem buscarmos base sólida no passado, nos dando condição para permanência dos atos memoráveis e seguindo na certeza que somos mutáveis.

Referências

Livros

BARROS, Samuel Rocha. **Estrutura e Funcionamento do Ensino de II Grau**. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1975.

CURY, Cláudia Engler. Métodos de Ensino de Formas de Controle Sobre o Cotidiano Escolar na Instrução Pública da Parahyba do Norte (1835-1864). IN: SCOCUGLIA, Afonso Celso; MACHADO, Charliton José dos Santos (Org.). **Pesquisa e historiografia da educação brasileira**. São Paulo: By editora autores associados LTDA, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio século XXI escolar: O minidicionário de língua portuguesa/ Aurélio Buarque de Holanda Ferreira**; coordenação de edição, Margarida dos Anjos...(et al.).4 ed. rev. Ampliada. – Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**; Petrópolis: Vozes, 1987.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **O presente do passado : as artes de Clio em tempos de memória**. IN: ABREU, Martha (et all). **Cultura política e leituras do passado historiografias e ensino de história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

NASCIMENTO, Regina Coelli Gomes. Cenários Históricos e Educativos: Sertões, questões indígenas e espaços de saber. Juciene Ricarte Apolinário (Org.). **Amor a Deus, ao Próximo e á Pátria: moral e civismo nas aulas de história da UFRN-CERES**. Campina Grande: Eduepb, 2011.

RAMOS, Erica Lins. Campina Grande (1964/1968): Um estudo sobre o movimento universitário campinense. IN: **Golpe civil-militar e ditadura na Paraíba História, memória e construção da cidadania**. Eder Dantas, Nunes, Silva (Org.). João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

RIBEIRO, Roberto da Silva. **Pocinhos o local e o geral**. Campina Grande: RG editora, 2013.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Indisciplina e disciplina escolar: fundamentos para o trabalho docente**. São Paulo: Cortez editora, 2009.

Artigos

Julia, Dominique. “La culture scolaire comme objet historique”, **Paedagogica Historica. International journal of the history of education** (Suppl. Series, vol. I, coord. A. Nóvoa, M. Depaepe e E. V. Johanningmeier, 1995, pp. 353-382).

Saviani, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>

Monografias

Araújo, Priscila Lucena. **Ó Meu colégio és ninho sagrado: Um Estudo Sobre A Implantação do Ginásio Municipal Padre Galvão na Cidade de Pocinhos- PB (1965-1972)**. 2014. 63p. Monografia. (Unidade Acadêmica de História) Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil.

Sites

[http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/2%20Edicao/SAMUEL%20%20ORIENT.%20ANGELA%20E%20OILEIZI.pdf](http://www.uel.br/revistas/lenpes-pibid/pages/arquivos/2%20Edicao/SAMUEL%20%20ORIENT.%20ANGELA%20E%20ILEIZI.pdf)

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10477.htm

Entrevistas

Luismar da Silva Rocha, 58 anos, autônomo.

Linaldo Santos Herminio, 59 anos, empresário.